

# HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO EM PORTUGAL: FONTES, MÉTODOS, RESULTADOS

FRANCISCO RIBEIRO DA SILVA (\*)

## 1. Introdução

Há cerca de cem anos (1890), 76% da população portuguesa maior de 7 anos não sabia ler nem escrever<sup>(1)</sup>. Os dados apurados pelo Censo de 1991 indicam a percentagem de 12,7% para o analfabetismo em Portugal. No período de um século os progressos foram notáveis. Mas o nosso entusiasmo desvanecer-se-á depressa se nos dermos conta de que na vizinha Espanha a barreira dos 14% fora ultrapassada em 1950<sup>(2)</sup>.

A lentidão do processo de alfabetização no nosso País mostra-se-nos mais evidente e, à primeira vista algo estranha, se concordarmos com a afirmação de Oliveira Marques e de Rui Grácio de que a longínqua lei de 1772 (6 de Novembro) constitui uma das primeiras tentativas no mundo de organização de um ensino primário oficial<sup>(3)</sup>.

E se é verdade que esse decreto não visou nunca uma abrangência universal dos portugueses, a partir de 1821 a generalização da instrução popular encheu a boca de muitos Constituintes e na Constituição de 1822, foi exigida, a prazo, como condição para se exercer o direito de voto. Logo depois a Carta Constitucional estabelecia o princípio do ensino primário gratuito para todos os cidadãos (art. 145, 30). E em 1835 o Governo a que pertencia Rodrigo da Fonseca Magalhães proclamava que «sem instrução, a inteligência, como planta inculta, definharia improductiva; as relações sociais seriam continuamente interrompidas e embaraçadas; as transacções mais frequentes da vida sem veículo, a liberdade sem sustentáculo, e os progressos da razão, da verdade, e da moral impossíveis». (Introdução aos decretos de 7 de Setembro de 1835).

Tais afirmações foram repetidas em vários tons no decorrer do século passado. Em 1869, segundo o testemunho de Adolfo Coelho, um professor numa Escola Superior de Aplicação propôs como medida para combater o analfabetismo que, a quem não sou-

(\*) Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

besse ler, se concedesse somente protecção animal. Segundo o mesmo autor, em 1902 num inquérito promovido pela Associação dos Jornalistas de Lisboa punha-se a questão se se devia proibir o casamento a todo o indivíduo que não fosse capaz de ler e escrever<sup>(4)</sup>.

Mesmo assim as taxas de analfabetismo que os diversos censos do século XIX e primórdios do actual nos mostram, referentes a maiores de 7 anos, permanecem muito altas: 79,4 % em 1878 para residentes no Continente<sup>(5)</sup>; 76% em 1890 ; 74,1% em 1900; 69,7% em 1911<sup>(6)</sup>.

As questões que estes dados suscitam são muitas e variadas: porquê tal lentidão e tal magreza de resultados? Nascerem todos sem letras, que motivos levam as pessoas a buscarem ou a desprezarem a alfabetização? Quem impôs a necessidade do escrito? Quando é que o escrito, entre nós, suplantou o peso do oral? Que meios foram postos à disposição de quem queria aprender? Quem protagonizou este processo? O Estado? As Igrejas? Os Municípios? As diversas associações? Qual o peso real da escola e da escolarização?

Estas e muitas outras perguntas andam sempre à volta de uns quantos conceitos-chave que se apresentam inter-ligados e que me parece serem basicamente os seguintes: alfabetização, escolarização, leitura, modernidade, desenvolvimento.

## 2. A História da Alfabetização em Portugal

Não podemos afirmar que tais assuntos não têm interessado os investigadores portugueses. Lembrarei aqui a tese bem sucedida e tão conhecida de António Nóvoa (*Le Temps des Professeurs*) mas poderia citar outros trabalhos e autores, como por exemplo, Rogério Fernandes e Joaquim Ferreira Gomes. Aliás, o próprio facto de se ter constituído uma secção de História da Educação na Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação e a temática programada para este Encontro Ibérico demonstra tal interesse.

Todavia subsistem, entre nós, grandes lacunas: aquelas a que sou mais sensível referem-se às matérias a que Roger Chartier chama as práticas da escrita e as práticas da leitura<sup>(7)</sup>. Não obstante alguns trabalhos recentes que marcam a mudança (vg. *Lectures des élites portugaises au XVIII<sup>e</sup> siècle*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987; *Ciência e Política* de João Luís Lisboa, INIC, 1991) ainda não sabemos o suficiente sobre as capacidades de escrita e práticas de leitura dos portugueses. Refiro-me fundamentalmente aos séculos que abrangem a chamada época moderna, mas não excludo o século XIX.

No propósito de dar algum contributo para tentar responder a esse défice, vai para três anos propusemo-nos pôr em marcha na Faculdade de Letras da Universidade do Porto um Seminário integrado no Mestrado de História Moderna a que se chamou Alfabetização, Leitura e Mentalidades em Portugal no Antigo Regime. Os meus colegas não só apoiaram a ideia como me incentivaram a dar-lhe execução.

As minhas credenciais eram apenas uns quantos artigos que havia publicado em atas de Congressos e sobretudo a dissertação complementar de doutoramento que havia aparecido na Revista da Faculdade em 1986<sup>(8)</sup>. Bem modestas, como é evidente. Mas o que faltava em produção própria capaz, abundava em excelente produção alheia entre a qual me apraz registar os excelentes trabalhos do Prof. Antonio Viñao Frago, da Universidade de Múrcia.

A aprovação e o funcionamento desse Seminário foi fundamentalmente um ponto de partida mas foi também um ponto de chegada. Talvez valha a pena lembrar o caminho percorrido, porque reconstituí-lo pode, de alguma forma, ajudar a fazer a história da História da Alfabetização em Portugal.

Quando, pelos anos 1977/1978 iniciámos as tarefas de investigação que depois iriam resultar na dissertação de doutoramento, as questões ligadas à história da alfabetização já não constituíam qualquer novidade em termos europeus, mas o assunto entre nós era praticamente ignorado. Rui Grácio, no meritório e suculento artigo acima citado e publicado em 1971, fixava em traços largos as circunstâncias e agentes da alfabetização em Portugal, desde os tempos medievais até à revolução liberal. Uma página a duas colunas foi suficiente para condensar tudo quanto se sabia acerca do assunto. Os restantes 4/5 do artigo são dedicados aos avanços estruturais e institucionais que se verificaram entre 1820 e 1931.

Grácio não se limita a apontar princípios reguladores. Apresenta taxas de analfabetismo que elabora a partir dos dados colhidos nos censos populacionais. Entre 1878 e 1911 o total de analfabetos descera de 82,4% para 75,1% ou, se preferirmos a positiva como parece melhor, a população alfabetizada subiu de 17,6% para 24,9%. Das estatísticas por ele publicadas depreende-se ainda que, nos vinte e um anos que vão de 1890 a 1911, a alfabetização dos indivíduos maiores de 7 anos cresceu diferenciadamente, conforme se tratava de homens ou de mulheres: os primeiros subiram 6,8%, enquanto as segundas 6,1%. Dois séculos antes, a distância entre noivos e noivas capazes de assinar o seu nome no livro de casamentos de S. Nicolau da cidade do Porto era bem maior: cerca de 40%!<sup>(9)</sup>. Tal diferença verificava-se noutras partes. Em Múrcia, em 1760, o desnível entre homens e mulheres que assinaram o testamento era de 43,5%<sup>(10)</sup>.

Por sua vez, na sua tese de doutoramento publicada no mesmo ano de 1971, o Prof. António de Oliveira dá atenção às habilitações literárias dos juizes do termo coimbrão do século XVI, informando-nos sobre percentagens de funcionários capazes de assinar e fornecendo-nos números dos que não possuíam tal predicado. Entre 1533 e 1567 não mais de 9% sabem assinar, mas entre 1572 e 1581 já o fazem de 15 a 20%. António de Oliveira não se limita a apresentar números. Antes procura inseri-los no seu contexto sócio-cultural, o que significou um avanço metodológico digno de registo<sup>(11)</sup>.

Posteriormente, em 1983, o Prof. José Marques relevou as assinaturas dos vereadores e homens bons que assistiram em 1466 às reuniões da Câmara de Vila do Conde, estabelecendo comparações com os dados seiscentistas que nós próprios tínhamos obtido para os concelhos da Maia e de Santo Tirso.

Tratando-se de uma vila com uma forte componente do sector terciário, com ligações comerciais à França, Inglaterra e Flandres, não nos surpreenderá que cerca de 20% dos presentes fossem capazes de assinar, resultados muito próximos dos apurados para os juizes daqueles concelhos, quase dois séculos depois<sup>(12)</sup>.

Os trabalhos referidos não passam de microanálises, e por isso, valem mais pelas sugestões do que pelos resultados alcançados que se circunscrevem a universos muito reduzidos.

Embora pioneiros, julgo que entroncam numa tradição historiográfica nacional que privilegiava a pedagogia e valorizava socialmente a instrução como factor fundamental na definição do cidadão, interveniente e participativo. Tal tradição, provavelmente de procedência francesa, remontava, entre nós, aos fins do século passado e inícios do presente e tivera como grandes cultores, entre outros, Francisco Adolfo Coelho, D. António da Costa, Francisco José Teixeira Bastos, Alves dos Santos e mais modernamente António Sérgio.

Estudo de maior abrangência, embora ainda em perspectiva microanalítica, foi também o meu trabalho, acima citado, sobre os níveis de alfabetização do Porto e seu Termo no período compreendido entre 1580 e 1650. A área abrangida é relativamente vasta, distingue cidade e campo, mas não contempla senão um segmento da população: aqueles que tinham de vir à Câmara para tomar posse de um ofício ou para qualquer outro acto de natureza administrativa ou institucional.

As conclusões aí obtidas confirmam situações verificadas por outros nos diversos países europeus:

- o saber ler e escrever era condição sine qua non para certas funções;
- existia verdadeiro apreço social pela alfabetização (por exemplo, um analfabeto não podia ser irmão da Misericórdia);
- a nobreza que ocupava cargos municipais no Porto era alfabetizada a 100%;
- mas nem todos os elementos da pequena nobreza rural que servia nos cargos de capitão de milícias era alfabetizada;
- certas profissões apresentam elevadíssimos índices de alfabetização (os mercadores de grosso trato — quase 100% —, os ourives, os sirgueiros, os correieiros) em contraste com outras com índices menos famosos (os serralheiros, os ferreiros, os surradores);
- os ofícios para os quais se elegiam dois juizes, um deles, em regra, sabia ler e escrever;
- os homens da cidade são substancialmente mais alfabetizados do que os do campo;
- as mulheres apresentam índices de alfabetização muito inferiores aos dos homens;
- as alfabetizadas são quase sempre dos grupos sociais superiores mas nem todas as dos grupos superiores são alfabetizadas, e também há mulheres alfabetizadas que não pertencem aos grupos sociais de topo.

Estas conclusões são apoiadas em taxas e números. Penso que continuamos a precisar de saber quantos é que em determinada época eram capazes de ler e escrever. Mas concordo que não podemos ficar por aqui. Como afirma Rui Ramos no trabalho acima citado (que considero um excelente modelo de análise sociológica e a que me referirei abaixo de forma mais pormenorizada), a metodologia a seguir não deverá contentar-se com estabelecer taxas mas deve preocupar-se com reconstituir as culturas que produziram essas taxas.

O caminho metodologicamente mais fecundo e hoje mais reclamado é o de fazer a contextualização dos níveis apurados, de modo a que a alfabetização possa constituir e ser tomada como uma variável histórica. É preciso definir o meio socio-cultural em que as aptidões foram adquiridas e desvendar o uso social que delas se fez. Este caminho leva-nos necessariamente à investigação acerca da valia social da alfabetização<sup>(13)</sup>, às motivações e modos da aprendizagem, aos mestres e às escolas, às leituras e aos livros, à confrontação entre a cultura do oral e a cultura do escrito, à história dos processos de comunicação e, em última análise, à história da mente humana, como propõe Viñao Frago.

É nesses parâmetros que estamos a trabalhar e não apenas numa concepção estreita e restrita de alfabetização. Neste momento, dirigimos teses de mestrado sobre alfabetização e contexto sócio-cultural do Concelho de Gondomar (séculos XVII-XVIII), sobre bibliotecas particulares e práticas de leitura no Porto setecentista, sobre instituições pedagógicas como o Colégio dos Orfãos do Porto e o Colégio das Chagas em Viana do Castelo, sobre o papel das Ordens Terceiras portuenses no fomento da instrução. Estamos convictos de que resultados interessantes aparecerão em breve.

Alguns, de resto, já foram e podem ser avaliados. De facto, recentemente um dos nossos Mestrados, Henrique Fernandes Rodrigues, da Escola Superior de Educação de Viana do Castelo, defendeu uma tese sobre a emigração para o Brasil, na qual incluiu um capítulo importante sobre alfabetização dos emigrados<sup>(14)</sup>.

Para além do estabelecimento de taxas e níveis de alfabetização dos emigrantes e de seus pais (aliás muito favoráveis), o autor consegue distinguir dois períodos e duas qualidades de emigrantes, em função das suas aptidões literárias: um que vai de 1835 a 1850, período em que a emigração recrutou de preferência gente jovem (preferentemente abaixo dos 18 anos) e muito bem preparada sob o ponto de vista de instrução. Conseguiu ainda provar que tal preparação era dada pela família, tendo como mira a emigração para o Brasil, onde se esperava obter para o filho um bom lugar de caixeiro.

O mesmo não se pode dizer do período entre 1851 e 1860, durante o qual os emigrantes são mais velhos e menos alfabetizados.

De maneira geral, os emigrantes saídos da vila de Viana da Foz do Lima (elevada a cidade em 1848 com o nome de Viana do Castelo) eram de procedência sócio-profissional mais favorável e mais instruídos do que os recrutados nos concelhos rurais do Distrito.

A questão de se saber onde é que se obtinha a preparação literária, levou o investigador a descobrir a importância da Escola particular que Rui Ramos assinalara: de facto, em 1859, em Viana do Castelo havia 1 escola oficial de nível secundário e 3 particulares (Henrique Rodrigues); no Distrito as Escolas privadas de primeiras letras eram 120 contra 55 estatais<sup>(15)</sup>.

Não querendo ser sectário, entendo que no conjunto do trabalho, a variável alfabetização obteve um peso significativo, original e muito enriquecedor.

Não devo terminar este apontamento sobre a história da alfabetização em Portugal sem, por um lado, sublinhar o contributo da Universidade do Minho nesta matéria, destacando em especial os trabalhos já publicados por Justino Magalhaes sobre alfabetização e funcionamento do regime liberal<sup>(16)</sup>. Os estudos que este investigador bem como Rodrigo Azevedo têm em preparação vão trazer por certo notáveis avanços na metodologia e nos conhecimentos. E, por outro, sem me debruçar um pouco mais sobre o trabalho várias vezes citado de Rui Ramos.

O autor parte dos dados contidos nos censos, especialmente nos de 1878 e 1890, e, fugindo a tratar os resultados como um dado com valor em si mesmo, procura encontrar correspondência entre a expressão cartográfica das taxas de alfabetização e o Portugal tripartido do geógrafo Orlando Ribeiro: noroeste, nordeste e sul. Verificadas as diferenças regionais (a alfabetização masculina é superior no norte relativamente ao sul; pelo contrário a alfabetização feminina é mais acentuada no sul que no norte), o autor procura explicá-las por aquilo que chama a lógica da «vulgarização cultural», ou seja, como um resultado da «penetração na sociedade de um modelo cultural elitista» a qual se terá feito em condições diferentes no norte e no sul: em 1940 constata-se no norte uma relação forte entre propriedade e alfabetização; e apurou-se que em 1977 havia uma flagrante coincidência entre a expressão cartográfica da instrução masculina e a da prática religiosa. Dito de outra maneira, os índices de alfabetização mais favoráveis a norte do que a sul, poderão ser explicados, por um lado, pelo facto de a norte dominarem os camponeses proprietários e a sul os proletários; por outro, pela maior força a norte que a sul da Religião Católica e da prática religiosa.

Trata-se, pois, de um contributo inegavelmente importante para a História da Alfabetização em Portugal, ainda que, como historiador possamos discordar de uma ou outra conclusão e colocar reservas à validade metodológica de se aproveitarem dados recentes para explicar situações do passado.

### **3. A ligação à historiografia francesa — O contributo de Louis Maggiolo**

Se cuidarmos de indagar acerca das raízes dos estudos que constituem o que genericamente se chama a história dos processos da alfabetização, julgo que rapidamente toparemos com a historiografia francesa, onde tais temas alcançaram grande notoriedade e suscitaram importantes debates. O primeiro foi publicado em 1957 por M. Fleury

e A. Valmary e intitulou-se *Les progrès de l'instruction élémentaire de Louis XIV à Napoléon III d'après l'enquête de Louis Maggiolo (1877-1879)*.

A base desse trabalho era o célebre inquérito de Louis Maggiolo, em virtude do qual, talvez sem o haver jamais suspeitado, o seu promotor se tornou pioneiro da história estatística da alfabetização.

Justifica-se, por isso, que lhe dediquemos aqui alguma atenção.

Após uma vida consagrada ao Ensino e à História do Ensino, Louis Maggiolo terminou a sua carreira, em 1871, como Reitor da Academia de Nancy. Contando apenas 60 anos, numa altura em que o debate político na França se centrava na Escola e nos seus problemas, resolveu dedicar a sua reforma a tentar uma verificação retrospectiva dos níveis de alfabetização dos franceses. Ofereceu-se para tal ao Ministério Público, tendo conseguido ser oficialmente encarregado dessa missão, que levou a cabo precisamente entre 1877 e 1879.

O método adoptado foi o de solicitar aos Professores primários (cada um na sua Comunidade) que examinassem e contassem as assinaturas dos noivos (homens e mulheres) conservadas nos registos de casamentos, eclesiásticos ou civis, por períodos de 5 anos assim distribuídos:

1686 - 1690

1786 - 1790

1816 - 1820

1872 - 1878

Desconhecemos os motivos que o levaram a escolher estes períodos e não outros: provavelmente porque nos tempos da III República em que se estava, discutiam-se muito os méritos e deméritos da Revolução Francesa, em todos os aspectos, mas sobretudo no da escolarização. Maggiolo, um conservador, terá querido comparar os tempos anteriores e posteriores à Revolução. Para tal, tendo como epicentro a data de 1789, recuou cem anos a montante e avançou a jusante até ao seu tempo, com um ponto intermédio em 1820. Acrescente-se que podia ter retrocedido até 1667 pois foi a partir dessa data que se tornou obrigatória em França a assinatura do assento de casamento por parte dos noivos.

Cerca de 16.000 professores colaboraram benevolmente na missão.

Os resultados foram publicados duas vezes em 1880: a primeira pelo próprio Maggiolo, com a particularidade de ter anexado os dados referentes a 1866 que provavelmente foi buscar à *Statistique Générale de la France*<sup>(17)</sup>. O Ministério do Interior havia dado ordens, em 1854, para se recolherem todos os anos os dados das assinaturas dos nubentes nos livros de casamento.

E foram publicados uma segunda vez na *Statistique de l'enseignement primaire* com correcções nos cálculos de percentagem e omitindo o quarto quinquénio do projecto de Maggiolo.

Estranhamente, as duas publicações limitaram-se a publicar os dados sem quaisquer comentários, talvez porque tanto os clericais como os republicanos, que sustentavam os debates que referi, neles poderiam encontrar argumentos por igual para as suas diatribes<sup>(18)</sup>:

Como quer que seja, passado quase um século, tendo mudado o centro das atenções e dos interesses dos cultores das ciências humanas, os dados de Maggiolo facultaram vastos conhecimentos sobre o acesso da sociedade francesa à cultura escrita, para o qual a Escola contribuiu de forma importante mas não exclusiva.

A revalorização dos dados de Maggiolo fez-se em função de três novos centros de interesse que se foram conjugando:

1.º — a questão das ligações entre o indicador «alfabetização» e o arranque (take-off) dos países ocidentais bem como a sua influência negativa no não arranque dos países sub-desenvolvidos;

2.º — o aproveitamento sistemático pela demografia histórica dos registos paroquiais com a revalorização das assinaturas. Exemplo típico, neste aspecto, é o da Inglaterra onde os estudos sobre demografia e alfabetização se desenvolveram paralelamente (casos de Schofield e Cressy);

3.º — o desabar dos dogmas do século XIX que viam na Escola o lugar de autonomização dos indivíduos, desabar que pôs em causa a equação: escolarização = alfabetização<sup>(19)</sup>.

#### 4. A questão da validade do critério da assinatura

Mas ao mesmo tempo que iam surgindo os resultados da pesquisa com base na observação e recolha das assinaturas, logo uma outra questão se levantou: qual o valor da assinatura como critério para avaliação da alfabetização? E a que nível de alfabetização ela corresponderia?

Não seria a assinatura apenas uma exigência formal em assuntos e práticas de natureza jurídica, comercial e notarial sem qualquer nexó com a alfabetização? Por outro lado, não é verdade que a nossa experiência nos diz que há indivíduos que apenas sabem desenhar o nome, limitando-se a isso a sua capacidade literária? Não se correrá, pois, o risco de misturar e confundir os quase-analfabetos com os alfabetizados e, consequentemente, de, a partir da assinatura, sobreavaliar a alfabetização? E que dizer do facto de a aprendizagem da leitura e da escrita se fazer, outrora, em momentos distintos e em escolas diferentes?

Estas e outras objecções foram sendo apresentadas e consideradas. Mas o entendimento mais corrente vai no sentido de afirmar a validade do critério.

Schofield entende, por exemplo, que a assinatura indicia uma capacidade intermédia entre o domínio da escrita e o domínio da leitura<sup>(20)</sup>. Segundo ele, na Inglaterra pré-industrial a proporção dos que assinavam era maior do que a proporção dos que sabiam



ler e menor do que a proporção dos que sabiam escrever. Deste modo, a assinatura, mais do que um indicador da capacidade de escrever, seria indicador da capacidade de ler. Esta parece-nos ser a posição que é adoptada por Roger Chartier na obra acima citada.

Outras opiniões são ainda menos restritivas. Como afirma Viñao Frago, «a fiabilidade global da assinatura como indicador do nível de alfabetização está sobejamente demonstrada»<sup>(21)</sup>, independentemente do facto de ser o único meio disponível para ser quantificada nos tempos anteriores à época dos censos. Isto, evidentemente, não se aplica a um entendimento alargado do conceito de alfabetização.

De resto, devemos dizer para concluir este assunto que o método da assinatura foi posto à prova por F. Furet e J. Ozouf e para o caso específico de França. Como?

Foi possível cruzar informações de três documentos diferentes reportados todos a 1866, a saber:

A) — recenseamento demográfico a partir do qual, por informações dos próprios, se dividiram os recenseados em 4 grupos tanto a nível departamental como nacional:

- os que não sabiam ler nem escrever;
- os que sabiam ler somente;
- os que sabiam ler e escrever;
- os que não responderam (450.000 em 38 milhões);

B) — Os dados publicados por Maggiolo, extraídos, como dissemos, da *Statistique générale de la France*, organizados também a nível departamental e nacional;

C) — Os registos do recrutamento militar que a França conserva desde 1827 e que também nos informam sobre o grau de instrução dos recrutas. Para efeitos de conhecimento da sua instrução, em 1866, foram divididos em 4 categorias:

- os que sabiam ler;
- os que sabiam ler e escrever;
- os que não sabiam nem ler nem escrever;
- os ausentes;

Três fontes diversas mas convergentes: a primeira e a terceira organizadas com base nas declarações dos próprios; a segunda organizada a partir da análise das assinaturas.

O que se pôs em confronto foram naturalmente a primeira e a terceira por um lado e a segunda por outro. O método utilizado foi a da chamada análise factorial.

Os resultados indiciam uma forte correlação entre a capacidade de assinar o assento de casamento e a capacidade de ler e escrever e isto tanto nos homens como nas mulheres.

A conclusão final a que estes autores chegaram é que a assinatura constitui um bom barómetro da alfabetização<sup>(22)</sup>.

## 5. As fontes

Talvez devamos distinguir aqui mais uma vez entre alfabetização em sentido estrito (capacidade de assinar e níveis de perfeição da assinatura) e alfabetização em sentido global (processos da comunicação e da linguagem).

De forma genérica podemos afirmar que as fontes serão tanto melhores quanto mais abrangentes, acessíveis e objectivas forem e quanto mais completa e satisfatoriamente responderem às nossas perguntas.

### A) *Para a alfabetização em sentido estrito e para a elaboração de dados quantitativos*

A partir da segunda metade do século XIX podemos lançar mão dos diversos censos que, além de contemplarem toda a população, nos permitem seccionar o trabalho por áreas, por sexo, por idade, etc. O método comparativo que, em História é sempre muito fecundo, pode-se aqui utilizar largamente. Citaria, mais uma vez como exemplo deste aproveitamento o trabalho tantas vezes referido de Rui Ramos.

Mas, para as épocas mais recuadas, as fontes a utilizar serão de outra índole.

Infelizmente não dispomos de fontes privilegiadas como existem na Suécia e na França. Que fontes?

#### *Quanto à Suécia*

Por iniciativa da Igreja (luterana) e do Estado, realizou-se a partir de 1686 uma campanha de alfabetização (neste caso apenas leitura) e generalizou-se a exigência que havia sido adoptada em algumas paróquias (já a partir de 1620) de que os comungantes e nubentes (homens e mulheres) se mostrassem capazes de ler o catecismo e outros textos de formação religiosa. A comprovação das habilitações foi feita periodicamente nas paróquias até meados do século XIX.

Ora de uma porção considerável desses exames ficaram registos que vão ao pormenor, em alguns casos, de distinguirem nos examinandos vários níveis de leitura e compreensão dos textos... Disto não temos em Portugal.

#### *Quanto à França*

Como dissemos, desde 1667 era obrigatório que os noivos assinassem a acta de casamento. Depois Maggiolo fez o resto.

Em Portugal, não tivemos nenhum Maggiolo. Mas mesmo que o tivéssemos, não teria valido de muito pois, regra geral, na Península Ibérica, tanto em Portugal como na Espanha, só no século XIX se sistematizou a obrigatoriedade da assinatura das Actas de Casamento<sup>(23)</sup>.

É evidente que os Registos Paroquiais, nomeadamente os livros de casamento, seriam óptimas fontes pelo universo das pessoas representadas, por permitirem a distinção por sexos, e por outras informações eventuais como a profissão ou estatuto social, a procedência geográfica, a residência, etc.

Mas será que não existem em Portugal registos de casamento aproveitáveis para esta finalidade? De facto, não se pode falar de vazio absoluto. Nós conhecemos no Porto o exemplo da freguesia de S. Nicolau, onde entre 1700 e 1750 se obrigaram os noivos e as respectivas testemunhas a assinar os seus assentos de casamento. Conservaram-se outros registos utilizáveis pertencentes a vilas do norte do país, que vêm sendo explorados. Admitimos que haja mais dos quais de momento não temos conhecimento.

Mas se a rede coberta não for suficientemente extensa (e parece que não é) os dados apurados ficarão marcados por uma irremediável falta de amplitude e de abrangência.

Se tivermos de excluir esta fonte, que é que nos resta?

É sempre possível lançar mãos dos Documentos notariais constituídos por livros de notas, contratos, escrituras de compra e venda, procurações, etc.

As principais vantagens desta fonte parecem-nos ser as seguintes:

- proporciona abrangência substancial, mas depende de cada tipo de documento — o importante é que seja representativo da maioria da população;
- permite análises sistemáticas de documentos da mesma natureza;
- possibilita tratamento estatístico e comparações de vários tipos: espaço, tempo, profissão, estatuto social e económico.

Duas espécies de documentos notariais que foram usados com sucesso em Espanha, nomeadamente na vizinha Galiza, os Testamentos e os Inventários post-mortem. No Porto, porém, nem uma nem outra destas espécies se mostra muito generosa para este efeito.

As fontes fiscais podem ser úteis, sobretudo quando aos contribuintes foi solicitado que assinassem ou quando foram inquiridos sobre as suas capacidades de instrução. Para a primeira metade do século XIX, por exemplo, algumas listas de contribuintes das décimas que foram confeccionadas para fins eleitorais, podem ser ótimas, porque, além de nos informarem se o arrolado sabia ler ou não, indicam-nos a idade, a profissão, o estado, a residência, o quantitativo do imposto. Eventualmente permitirão estabelecer a relação entre a propriedade das terras e as capacidades em matéria de instrução dos seus donos.

O defeito destas fontes é que, regra geral, contemplam apenas o universo masculino. Como é óbvio, omitem os grupos privilegiados ou isentos. O estudo do regimento ou da lei que decretou o imposto pode ser indispensável para se desfazerem dúvidas sobre o universo abrangido.

*E quanto a fontes judiciais?*

Em Inglaterra estas fontes, nomeadamente as dos tribunais eclesiásticos, mostraram-se muito fecundas pois permitiram a abrangência de um leque vasto de população com a

vantagem de indicação de informações complementares sempre muito úteis, indispensáveis para se estabelecerem correlações: estado civil, idade, sexo, profissão ou estatuto social, lugar de nascimento e de residência, tipo de relação com os litigantes, etc.

Infelizmente não podemos no Porto utilizar os acerbos da Relação, visto que deste importante Tribunal pouco resta no que se refere aos séculos XVI-XVIII. Talvez os Tribunais Superiores de Lisboa sejam uma fonte a não descurar.

Penso ainda que os Arquivos da Inquisição constituem ótimas fontes, com o senão de cobrirem um universo relativamente restrito e muito favorecido em termos de letras, de que é exemplo a investigação de Bartolomé Bennassar com base na Inquisição espanhola<sup>(24)</sup>.

As fontes prisionais e as fontes militares poderão fornecer muito boa matéria prima para a elaboração de estudos sobre a alfabetização dos presos e dos recrutas. O seu maior defeito está no facto de, pelo menos entre nós, não contemplarem senão o século XIX avançado.

### *Fontes Municipais*

São as que mais utilizei. E não sou o único a fazê-lo porquanto Justino de Magalhães, da Universidade do Minho, tem igualmente usado com êxito fontes municipais de Braga<sup>(25)</sup>.

A principal desvantagem das fontes municipais é teoricamente a de contemplarem um universo relativamente restrito. Essa desvantagem não é absoluta. Na verdade, respeita prioritariamente à população masculina. Mas não exclusivamente. Por exemplo, o Tombo da Cidade do Porto, de 1614, fornece-nos muitas informações sobre as capacidades das mulheres, tanto proprietárias como foreiras, uma vez que se exigia a presença do casal para o reconstituição do Tombo.

Em compensação, oferece a vantagem de referir vários estratos sociais, representados nos cargos municipais, desde o Vereador ao porteiro ou ao quadriheiro. E proporciona conhecimentos acerca de muitas pessoas residentes no campo ou no Termo que, no caso do Porto, era quase tão vasto como o actual distrito. As comparações de taxas de alfabetização entre a cidade e o campo tornam-se possíveis e fáceis.

Outra vantagem é a de permitir a elaboração de séries longas, tal como fez Le Roy Ladurie no seu trabalho sobre a alfabetização dos governantes de Aniane, entre 1517 e 1715<sup>(26)</sup>.

Para além do cruzamento de fontes quantitativas que é importante fazer, sempre que tal se mostra possível, é muito útil trabalhar fontes de teor qualitativo para integrar e perceber as de tipo quantitativo, tais como obras literárias, colecções de leis, estatutos de Confrarias, Associações, Corporações de ofícios, etc.

Não temos a veleidade de pensar que este apontamento é exaustivo. Haverá muitas outras fontes utilizáveis, dependendo da curiosidade e do espírito inventivo de quem

investiga. Na tese de mestrado acima citada, o autor recorreu aos passaportes conservados no Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo, e os resultados foram muito suculentos.

*B) Para estudos sobre alfabetização numa acepção mais globalizante, as fontes poderão ser múltiplas e muito mais variadas. É difícil ser-se completo. No entanto, apontarei as seguintes:*

*Fontes notariais:* inventários post-mortem e testamentos. Possibilitaram o magnífico trabalho de Philippe Berger<sup>(27)</sup>. Mas como disse acima, entre nós estas fontes não são muito generosas.

*Fontes alfandegárias ou outras* que eventualmente contenham notícias sobre importação de livros.

Fontes que nos levem à descoberta da actividade censural nos seus múltiplos aspectos. Aqui parecem-nos indispensáveis os fundos da Inquisição, da Real Mesa Censória e da Intendência da Polícia<sup>(28)</sup>.

As Chancelarias régias podem mostrar-se úteis visto que nos seus fólios aparecem regularmente registadas licenças de impressão de livros e concessões do exclusivo da sua comercialização por períodos determinados de tempo. Do mesmo modo, revelam-se fecundos os inventários ou catálogos de bibliotecas, quer particulares quer de congregações religiosas ou de academias<sup>(29)</sup>.

As colecções de legislação e os textos literários produzidos nos séculos passados trazem surpresas inesperadas, nomeadamente quando são da autoria de pedagogos e outros autores que se preocuparam e se pronunciaram sobre problemas de educação<sup>(30)</sup>.

## 6. Perspectivas actuais da História da Alfabetização

Quais são as perspectivas actuais da História da Alfabetização? Glosando Harvey Graff<sup>(31)</sup> diríamos que, tal como as outras disciplinas que integram o que se chamou a «nova história», a história da alfabetização atravessa uma fase delicada — o que não significa que se tenha esvaído ou esgotado.

Graff, na sua análise, divide os historiadores da alfabetização em três gerações que se sucederam rapidamente, encontrando-se a terceira em formação precisamente na época actual.

A primeira, protagonizada pelos trabalhos que apareceram nos anos sessenta (Stone, Cipolla e Schofield), cujas origens remontam à década anterior e aos estudos pioneiros de Fleury e Valmary, na França, e de Webb na Inglaterra, teve o grande mérito de dar um estatuto à História da alfabetização, de a autonomizar e independentizar, apontando

e fixando as fontes, estabelecendo metodologias adequadas, chamando a atenção para a possibilidade e utilidade de se medir a alfabetização, e conseqüentemente para as conseqüências sociais que dela emanaram.

Seguiu-se uma segunda geração (Schofield, Johansson, Lockridge, Furet, Ozouf, Stevens, Soltow, Rab Houston, Quéniart, Graff, Viñao Frago e muitas monografias e teses ainda inéditas) e a ela ficaram-se devendo avanços especulativos no sentido de uma conceptualização globalizante. Procurou-se não apenas fixar quantidades mas sobretudo propuseram-se interpretações históricas dos dados coligidos. Descobriram-se diferenças (cidade/campo; homem/mulher; região para região) e buscou-se a sua explicação.

Indagaram-se ainda correlações entre a alfabetização e o desenvolvimento económico e social, entre a alfabetização e a revolução industrial, entre a alfabetização e a formação das classes sociais. Tentou-se fixar a importância da escolarização e, por isso, discutiu-se o papel do Estado, da Igreja e de outras instituições neste processo. Não faltaram propostas de explicação de tipo ideológico e mesmo proselitista. Reconstituíram-se mesmo modelos de alfabetização não só em perspectiva histórica mas também para encontrar caminhos para acabar com o analfabetismo nos países subdesenvolvidos.

Depois avançou-se um pouco mais e procurou-se explicar pela alfabetização ou pela sua ausência determinados comportamentos demográficos, psicológicos, culturais.

Um outro campo muito fecundo foi, sem dúvida, o da reflexão sobre a transição da cultura oral para a cultura escrita e da hipotética marca de modernidade desta transição. E depressa se chegou aos estudos sobre a leitura, o livro e a imprensa em geral.

Tal abertura produziu alguma confusão tanto mais que tendo alargado tanto o seu campo acabou por criar conflitos de fronteira com outras disciplinas que, a prazo, a poderão descaracterizar e torná-la apenas subsidiária. Subsidiária ou não, o importante é que ela contribua para o avanço do conhecimento do homem e das sociedades.

É provável que uma certa perda de autonomia possa estar já a acontecer um pouco com o grupo a que Graff chama a terceira geração, mais voltado para a psicologia da alfabetização (Sylvia Scribner e Michael Cole<sup>(32)</sup>) e para questões do âmbito da Linguística e da Antropologia<sup>(33)</sup>.

De qualquer forma muitas das interrogações postas pela segunda geração continuam sem resposta. Não falo do caso português obviamente, pois entre nós permanece quase tudo em aberto.

Que pistas podem ainda ser produtivas na nossa disciplina?

Continua a ser importante o debate sobre o significado da alfabetização nas sociedades modernas. As relações entre alfabetização e estratificação social, entre alfabetização e estatuto de sexo, entre alfabetização e desenvolvimento económico, entre alfabetização e cultura em geral merecem ainda maior aprofundamento.

Do mesmo modo continuam a merecer a atenção dos historiadores as questões ligadas à escolarização, ao papel da escola e de outras instituições, como por, exemplo, a família, no processo de aprendizagem.

Para além disso, há muito a investigar nos domínios da leitura e do livro, como provam, por exemplo, os trabalhos recentes de Roger Chartier e de Jean-François Gilmont<sup>(34)</sup>. As investigações sobre a produção tipográfica dos séculos passados, sobre a formação de bibliotecas, sobre as práticas de leitura, sobre o uso e o influxo do livro no leitor, não sendo fáceis, parecem ser fecundas.

A história da alfabetização não pode, pois, contentar-se com fornecer dados quantitativos sobre a capacidade de ler e escrever de uma determinada sociedade num certo momento. Mas quando essa primeira etapa está praticamente por cumprir, como acontece entre nós, parece que é por aí que se deve começar.

#### NOTAS

1. Rui GRÁCIO, «Ensino Primário e Analfabetismo», in *Dicionário de História de Portugal* (dir. de Joel Serrão), Lisboa, vol. II, 1971, p. 51.

2. António VIÑAO FRAGO, «Un campo abierto, en expansión y interdisciplinar: la história de la alfabetización», *Bulletin d'Histoire Contemporaine de l'Espagne* (Bordeaux), 14, 1991, p. 14.

3. A. H. de Oliveira MARQUES, *História de Portugal*, vol. II, 3 ed., Lisboa, 1976, p. 45. Rui GRACIO, *o.c.*, p. 49.

4. Adolpho COELHO, *Cultura e Analfabetismo*, Porto, 1916, pp. 10-11.

5. Rui RAMOS, «Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo», *Análise Social*, XXIV (103-104), 1988, p. 1067.

6. Rui GRACIO, *o.c.*

7. Roger CHARTIER, «As práticas da escrita», in *História da Vida Privada. 3 — Do renascimento ao século das Luzes* (dir. de Philippe Ariès e Georges Duby), Porto, 1990.

8. Francisco Ribeiro da SILVA, «A Alfabetização no Antigo Regime. O caso do Porto e da sua região (1580-1650)», *Revista da Faculdade de Letras — História* (Porto), II série, vol. III, 1986.

9. Ver o nosso estudo «Barroco e escolarização: taxas de alfabetização no Porto nos inícios do século XVIII», in *I Congresso Internacional do Barroco. Actas*, vol. II, Porto, 1991, p. 455.

10. Antonio VIÑAO FRAGO, «La historia de la alfabetización a través de las fuentes notariales. Aportaciones provisionales sobre el proceso de alfabetización en Murcia (1760-1860)», *Cuadernos del Seminario Floridablanca*, n.º 1, 1985, pp. 47-48.

11. António de OLIVEIRA, *A Vida Económica e Social de Coimbra de 1537 a 1640*, I Vol., Coimbra, 1971, pp. 58-59.

12. José MARQUES, *A Administração Municipal de Vila do Conde em 1466*, Braga, 1983, p. 56.

13. Sobre este aspecto, ver António Manuel HESAPANHA, *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal — século XVII*, Lisboa, 1987.

14. Henrique Fernandes RODRIGUES, *A Emigração do Alto Minho, 1835-1860. A miragem do Brasil*, Porto, 1991, dissertação policopiada. Segundo informação do autor, o estudo será publicado em breve.

15. Rui RAMOS, *o.c.*, p. 1108.

16. Justino MAGALHAES, Alfabetização e funcionamento do regime liberal. Frequências de alfabetização da população bracarense em 1836, *Revista Portuguesa de Educação* (Universidade do Minho), 1990, 3 (1) e (2).

17. François FURET et Jacques OZOUF, *Lire et Ecrire. L'alphabétisation des français de Calvin à Jules Ferry*, 2 vols, Paris, 1977, p. 21. Sobre este assunto, ver todo o primeiro capítulo da obra.

18. Dominique JULIA, «Alphabétisation», in *Dictionnaire des Sciences Historiques* (dir. de André Burguière), Paris, 1986, p. 20.

19. Dominique JULIA, *idem*.
20. R. SCHOFIELD, The measurement of literacy in pre- industrial England, in *Literacy in Traditional Societies*, Cambridge, 1968, p. 524.
21. Antonio VIÑAO FRAGO, Un campo abierto en expansión..., p. 19.
22. F. FURET et J. OZOUF, *o.c.*, p. 26.
23. Antonio VIÑAO FRAGO, Del analfabetismo a la alfabetización: analisis de una mutacion antropologica y historiografica, *Historia de la Educacion — Revista Interuniversitaria*, n.º 3, 1984.
24. B. BENNASSAR et M.-C. RODRIGUEZ, Signatures et niveau culturel des témoins et accusés dans les procès d'Inquisition du ressort du tribunal de Tolède (1525-1817) et du Tribunal de Cordoue (1595-1632), *Caravelle*, n.º 31, Toulouse, 1978.
25. Justino de MAGALHAES, *o.c.*
26. E. LE ROY-LADURIE, *Les paysans du Languedoc*, 2 vols., Paris, SEVPEN, 1966.
27. Philippe BERGER, *Libro y lectura en la Valencia del Renacimiento*, 2 vols., Valencia, 1987.
28. Ver um exemplo conseguido da utilização da Real Mesa Censória e da Intendência da Polícia no texto de Luís A. de Oliveira RAMOS, «Da aquisição de livros proibidos nos fins do século XVIII», in *Da Ilustração ao Liberalismo*, Porto, 1979, pp. 25-36. Ver ainda sobre este assunto: José Timóteo da Silva BASTOS, *História da Censura Intelectual em Portugal*, Coimbra, 1926; Maria Adelaide Salvador MARQUES, *A Real Mesa Censória e a Cultura Nacional*, Coimbra, 1963; António FERRÃO, *A Censura literária durante o governo pombalino (Subsídios para a História do pensamento em Portugal)*, Coimbra, 1927; J.S. RÉVAH, *La censure inquisitoriale portugaise au XVIe siècle*, vol. I, Lisboa, 1960.
29. Sobre produção, censura e consumo de livros em Portugal no século XVII, ver Diogo Ramada CURTO, *O discurso político em Portugal (1600-1650)*, Lisboa, 1988 (em especial o cap. II e notas respectivas). Para o caso do Porto, ver de Maria Adelaide de Azevedo MEIRELES, «A actividade livreira no Porto no século XVII (Contribuição para o seu estudo)», *Revista de História* (Porto), III, 1981 e de Marina de Morais Freitas de MATOS, «Impressores, editores e livreiros no Porto do século XV ao século XVIII», *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, Coimbra, 16 (61/62), 1970. Para o caso de Lisboa, ver Maria Isabel LOFF, «Impressores, editores e livreiros no século XVII em Lisboa», *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, Coimbra, 10/12 (37/48), 1964-1966 e Angela Barcelos da GAMA, «Livreiros, editores e impressores no século XVIII em Lisboa», *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, Coimbra, 13 (49/52), 1967. Sobre bibliotecas, ver os trabalhos de António de OLIVEIRA publicados há bastante tempo mas que, segundo creio, em breve felizmente reaparecerão: A livraria de um teólogo do século XVI, *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, XXVII, 1966; «A livraria de um canonista do século XVI», *Revista da Universidade de Coimbra*, XXII, 1970; «A livraria de um canonista do século XVII», *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, XXVIII, 1970.
30. Ver um bom exemplo em Joel SAUGNIEUX, *Les mois et les livres. Etudes d'histoire culturelle*, Lyon, CNRS, 1986.
31. Harvey GRAFF, «Gli studi di Storia dell'alfabetizzazione: verso la terza generazione», *Quaderni Storici*, 1987, XXII, n.º 60.
32. Sylvia SCRIBNER e Michael COLE, *The Psychology of Literacy*, Cambridge, 1981.
33. Shirley HEATH, «Ways with words: language, life and work», in *Communities and classrooms*, Cambridge, 1983.
34. Ver, por exemplo, de Roger CHARTIER, *Lectures et lecteurs dans la France d'ancien régime*, Paris, 1987 e Jean-François GILMONT, *La Réforme et le livre: l'Europe de l'imprimé (1517-1570)*, Paris, 1990.



## APÊNDICE

## BIBLIOGRAFIA ESSENCIAL SOBRE ALFABETIZAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO

- Alfabetismo e cultura scritta nella storia della società italiana. Atti del Seminario tenutosi a Perugia il 29-30 Marzo 1977.* Perugia: Università degli Studi, 1978.
- «Alfabetización» — número especial da *Revista de Educación* (Janeiro/Abril 1989).
- ALVES, Guilherme Augusto de Macedo. *Legislação da Instrução Primária, compilada e ordenada por...* Lisboa: Imprensa Nacional, 1889.
- ANNELLI, V. e GARIBALDI, M. «L'alfabeto in bottega. Contributo allo studio dell'analfabetismo nel XVII secolo». *Bollettino storico piacentino*, 1983.
- AZEVEDO, Pedro A. de. «Algumas palavras sobre o ensino em Portugal no século XVI». *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. IX, Coimbra, 1914-15.
- AZEVEDO, Pedro A. de. «Nota sobre a instrução portuguesa nos séculos XV e XVI». *Arquivo Historico Portuguez*, vol. V, Lisboa, 1907.
- BARTHÉS, Marcel. «Recherches sur le recul de l'analphabétisme et sur la fréquentation scolaire dans la population masculine du département de la Loire-Inférieure, de 1848 à 1885». In *Actes du 95e Congrès National des Sociétés Savantes*. Paris: Tomo I, 1974.
- BENNASSAR, B. «Les resistances mentales». In *Aux origines du retard économique de l'Espagne XVI<sup>e</sup>-XIX<sup>e</sup> siècles*. Paris: CNRS, 1983.
- BOTREL, J. F. «L'aptitude à communiquer: alphabétisation et scholarisation en Espagne de 1860 à 1920». In *De l'alphabétisation aux circuits du livre en Espagne XVI<sup>e</sup>-XIX<sup>e</sup> siècles*. Paris: CNRS, 1987.
- CARVALHO, Rómulo de. *História do Ensino em Portugal. Desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar — Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.
- CHARTIER, Roger, La circulation de l'écrit dans les villes françaises, 1500-1700 in *Livre et Lecture en Espagne et en France sous l'Ancien Régime*, Paris, ADPF, 1981.
- CHARTIER, Roger. «As práticas da Escrita». In *História da vida privada* (dir. de Philippe ARIES e Georges DUBY). Porto: Ed. Afrontamento, vol. II, 1990.
- CHOLLET, Joseph. «L'instruction dans le Calvados (1820- 1965). Effectifs, niveaux, progrès». In *Actes du 95e Congrès National des Sociétés Savantes*. Paris: tomo I, 1974.
- CIPOLLA, C.M. *Educação e Desenvolvimento no Ocidente*. Lisboa: Ulisseia, sem data.
- COELHO, Adolpho. *Cultura e analfabetismo*. Porto: Renascença Portuguesa, 1916.
- COELHO, Adolpho. «Para a história da instrução popular». *Revista da Educação e Ensino*, vol. X, Lisboa, 1895.
- CORBIN, A. «Pour une étude sociologique de la croissance de l'alphabétisation au XIX<sup>e</sup> siècle. L'instruction des conscrits du Cher et de l'Eure-et-Loir (1833-1883)». *Revue d'histoire économique et sociale*, t. 53, 1975.
- COSTA, D. António da. *História da Instrução Popular em Portugal*. Lisboa: INCM, 1871 (2 ed., Porto, 1900).
- CRESSY, David. *Literacy and the social order: reading and writing in Tudor and Stuart England*. Cambridge: 1980.
- De l'alphabétisation aux circuits du livre en Espagne (XVI<sup>e</sup>-XIX<sup>e</sup> siècles)*. Paris: CNRS, 1987.
- DUGLIO, R. «Alfabetismo e società a Torino nel secolo XVIII». *Quaderni Storici*, 1971.
- Écrit (l') dans la société médiévale. Divers aspects de sa pratique du XI<sup>e</sup> au XV<sup>e</sup> siècle* (textes réunis par Caroline BOURLET et Annie DUFOUR). Paris: CNRS, 1991.
- EIRAS ROEL, A. y otros. *La historia social de Galicia en sus fuentes de protocolos*. Santiago: Universidad de Santiago, Servicio de Publicaciones, 1981.
- FABRE, D. «Alphabétisation et cultures populaires dans les Pyrénées. Propositions pour une recherche». In *Les Pyrénées et les Carpates XVI<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècles. Recherches franco-polonaises comparées. Histoire et anthropologie des régions montagneuses et submontagneuses* (ed. BOBINSKA, C. et GOY, J.). Varsovie-Cracovie: Editions Scientifiques de Pologne, 1981.

- FERNANDES, Rogério. «Nascimento da educação de adultos. Séc. XVII-séc. XVIII». *O Instituto*, vols. CXL-CXLI, Coimbra, 1980-1981.
- FERNANDES, Rogério. «Ensino elementar e suas técnicas no Portugal de Quinhentos». In *A Abertura do Mundo. Estudos de História dos Descobrimentos Europeus* (ed. de F. Domingues e L.F. Barreto). Lisboa: Presença, 1986.
- FLEURY, M. et VALMARY, A. «Les progrès de l'instruction élémentaire de Louis XIV à Napoléon III d'après l'enquête de Luois Maggiolo (1877-1879)». *Population*, Jan.-Mar. 1957.
- FRANÇOIS, E. «Premiers jalons en vue d'une approche comparée de l'alphabétisation en France et en Allemagne». In *Histoire Sociale. Sensibilités collectives et mentalités* (Mélanges Robert Mandrou). Paris: Presses Universitaires de France, 1985.
- FRANÇOIS, E. «Lire et écrire en France et en Allemagne au temps de la Révolution». In *La Révolution, la France et l'Allemagne* (BERDING, H., FRANÇOIS, E. e ULMANN, H.P.). Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 1989.
- FURET, François et OZOUF, Jacques. *Lire et écrire. L'alphabétisation des français de Calvin à Jules Ferry*. Paris: Les Éditions de Minuit, 2 vols., 1977.
- FURET, F. et SACHS, W. «La croissance de l'alphabétisation en France (XVIII<sup>e</sup>-XIX<sup>e</sup> siècles)». *Annales*, n.º 3, Maio-Junho 1974.
- GELABERT, J. E. «Niveaux d'alphabétisation en Galice, 1635-1900». In *De l'alphabétisation aux circuits du livre en Espagne XVI<sup>e</sup>-XIX<sup>e</sup> siècles*. Paris: CNRS, 1987.
- GOMES, Joaquim Ferreira, FERNANDES, Rogério e GRACIO, Rui. *História da Educação em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988 (Aí se poderá colher uma extensa bibliografia).
- GOMES, Joaquim Ferreira. *A Educação Infantil em Portugal*. Lisboa: INIC, 2 ed., 1986.
- GOODY, J. (ed.). *Literacy in traditional societies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.
- GOODY, J. *La raison graphique*. Paris: Editions du Minuit, 1979.
- GOUBERT, Pierre. «Histoire Demographique». In *Actas de las I Jornadas de Metodologia aplicada a las Ciencias Historicas — III Historia Moderna*. Santiago de Compostela: 1975.
- GRACIO, Rui. «Ensino Primario e Analfabetismo». In *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: II vol., 1971.
- GRAFF, H. J. (ed.). *Literacy and social development in the West. A reader*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- GRAFF, H.J. *The Literacy Myth. Literacy and Social Structure in the nineteenth-century city*. New York: Academic Press, 1979.
- GRAFF, Harvey J. «Gli studi di storia dell'alfabetizzazione verso la terza generazione». *Quaderni Storici*, n.º 64, Aprile 1987.
- GRAFF, Harvey J. *Storia del l'alfabetizzazione occidentale*. Bologna: Il Mulino, 3 vols., 1989 (o original em língua inglesa é de 1987).
- HOUSTON, R.A. *Literacy and Early Modern Europe. Culture and Education 1500-1850*. Longman: Londres e New York, 1988.
- HOUSTON, R. «The Literacy Mith? Illiteracy in Scotland 1630-1760». *Past and Present*, n.º 96, Agosto 1982.
- HOUSTON, R. «Literacy and society in the West, 1500-1850». *Social History*, vol. 8, n.º 3, 1983.
- HOUSTON, R. *Scottish Literacy and the Scottish Identity. Illiteracy and Society in Scotland and Northern England 1600-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- JOHANSSON, E. (ed.). *Literacy and Society in a Historical Perspective*. Universidade de Umea, 1977.
- JOHANSSON, E. «The history of Literacy in Sweden in comparison with some other countries». *Educational Reports*, Umea, n.º 12, Universidade de Umea, 1977.
- JULIA, Dominique. «L'enseignement primaire dans la diocèse de Reims à la fin de l'Ancien Regime». In *Actes du 95e Congrès National des Sociétés Savantes*. Paris: tomo I, 1974.
- JULIA, Dominique; CHARTIER, Roger e COMPERE, Marie-Madeleine. *L'éducation en France du XVI<sup>e</sup> au XVIII<sup>e</sup> siècle*. Paris: SEDES, 1976.

- JULIA, Dominique e COMPERE, Marie-Madeleine. *Les collèges français du XVI<sup>e</sup> au XVIII<sup>e</sup> siècle. Répertoires des établissements*. Paris: CNRS, 2 vols., 1984.
- JULIA, Dominique. «L'apprentissage de la lecture dans la France d'Ancien Régime». In *Espaces de l'écriture. Actes du colloque de la bibliothèque publique d'information et du centre d'étude de l'écriture, Université de Paris VII* (sous la direction de A.M. Christin). Paris: Éditions Retz, 1988.
- KAGAN, R.L. *Students and Society in early modern Spain*. Baltimore e London: 1974.
- LARQUIÉ, Claude. «L'alphabétisation a Madrid en 1650». *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, Tomo XXVIII, Paris, 1981.
- ARQUIÉ, C. «L'alphabétisation des madrilènes dans la deuxième moitié du XVII<sup>e</sup> siècle». In *De l'alphabétisation aux circuits du livre en Espagne XVI<sup>e</sup>-XIX<sup>e</sup> siècles*. Paris: CNRS, 1987.
- Livre et lecture en Espagne et en France sous l'Ancien Régime, Colloque de la Casa de Velazques*. Paris: ADPF, 1981.
- LOCKRIDGE, K.A. *Literacy in Colonial New England: an inquiry into the social context of literacy in the Early Modern West*. New York: 1974.
- LOCKRIDGE, K.A. «L'alphabétisation dans l'Amérique coloniale, 1650-1800». *Annales E.S.C.*, Paris, 1977.
- LOPEZ, François. «Lisants et lecteurs en Espagne au XVIII<sup>e</sup> siècle. Ébauche d'une problématique». In *Livre et lecture en Espagne et en France sous l'Ancien Régime, Colloque de la Casa de Velazques*. Paris: ADPF, 1981.
- MAGALHAES, Justino. «Alfabetização e funcionamento do regime liberal. Frequências de alfabetização da população bracarense em 1836». *Revista Portuguesa de Educação*, Universidade do Minho, 1990, 3 (1) e (2).
- MARCHESINI, D. «Sposi e scolari. Sottoscrizioni matrimoniali e alfabetismo tra Sette e Ottocento». *Quaderni Storici*, 1983.
- MARCHESINI, D. «La fatica di scrivere. Alfabetismo e sottoscrizioni matrimoniali in Emilia tra Settecento e Ottocento». *Il catechismo e la grammatica, t.I Istruzione e controllo sociale in area emiliana e romagnola nel Settecento* (BRIZZI, G.P., ed.). Bologna: Il Mulino.
- MARQUES, José. *A Administração Municipal de Vila do Conde em 1466*. Braga: 1983.
- MEYER, J. «Alphabétisation, lecture et écriture. Essai sur l'instruction populaire en Bretagne du XVI<sup>e</sup> au XIX<sup>e</sup> siècle». In *Actes du 95<sup>e</sup> Congrès National des Sociétés Savantes*. Paris: Tomo I, 1974.
- MILANESI, A. «L'analfabetismo a Voghera nel periodo napoleonico (1804-1814)». *Bollettino della Società pavese di Storia Patria*, 1974-1975.
- MOLINIER, A. «Niveau d'instruction dans le Vivarais rural protestant XVII<sup>e</sup> siècle — début XIX<sup>e</sup> siècle». *Bulletin de la Société de l'Histoire du Protestantisme français*, t. 130, 1984.
- MOLINIER, A. «Les difficultés de la scolarisation et de l'alphabétisation sous la Restauration: l'exemple ardechois». *Annales du Midi*, t. 97, 1985.
- NÓVOA, António. *Le temps des Professeurs. Analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècle)*. Lisboa: INIC, 1987.
- OLIVEIRA, António de. *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*. Coimbra: vol. I, 1971.
- PELICO, Silvio. *História da Instrução Popular em Portugal*. Lisboa: 1923.
- PETRUCCI, A. *La scrittura, ideologia e rappresentazione*. Torino: Einaudi, 1986.
- QUÉNIART, J. «De l'oral à l'écrit: les modalités d'une mutation». *Histoire de l'Éducation*, n.º 21, Janvier 1984.
- QUÉNIART, Jean. *Culture et société urbaines dans la France de l'Ouest au XVIII<sup>e</sup> siècle*. Paris: Klincksieck, 1978.
- QUÉNIART, Jean. «Les apprentissages scolaires au XVIII<sup>e</sup> siècle: faut-il réformer Maggiolo?». *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, t. XXIV, 1977.
- QUÉNIART, Jean. «Deux exemples d'alphabétisation: Rouen et Rennes à la fin du XVII<sup>e</sup> siècle». In *Actes du 95<sup>e</sup> Congrès National des Sociétés Savantes*. Paris: tomo I, 1974.
- RAMOS, Rui. «Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal Contemporâneo». *Análise Social*, Lisboa, vol. XXIV, 1988.

- RESNICK, Daniel P. «L'alphabétisation en Amérique du Nord (note critique)». *Annales. E.S.C.*, Paris, Mars/Avril, 1985.
- RESNICK, Daniel P. (ed.). *Literacy in Historical Perspective*. Washington: Library of Congress, 1983.
- RODRIGUEZ, M.-C. et BENNASSAR, B. «Signatures et niveau culturel des témoins et accusés dans les procès d'Inquisition du ressort du Tribunal de Tolède (1525-1817) et du Tribunal de Cordoue (1595-1632)». *Caravelle*, n.º 31, Toulouse, 1978.
- «Rol dos moços fidalgos que aprendião a ler, escrever e latim, feito em Julho de 1556». *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. IX, Lisboa, 1916.
- ROSA, J. *El proceso de alfabetización en Alcantarilla en el transito del Antiguo Régimen al Liberalismo (1761-1860)*. Murcia: tese de licenciatura, Faculdade de Filosofia y Ciencias de la Educación, Universidad de Murcia, 1985.
- RUWET, J. et WELLEMANS, Y. *L'analphabétisme en Belgique (XVIII<sup>e</sup> et XIX<sup>e</sup> siècles)*. Louvain: Publications de l'Université, 1978.
- SANDERSON, M. «Literacy and social mobility in the Industrial revolution in England». *Past and Present*, n.º 56, 1972.
- SANTOS, Alves dos. *O Ensino Primário em Portugal*. Lisboa: 1908.
- SAUGNIEUX, Joel. *Les mots et les livres. Études d'histoire culturelle*. Lyon: CNRS, 1986.
- SCHOFIELD, R. *The measurement of literacy in pre-industrial England in Literacy in traditional Societies*. Cambridge: 1968.
- SERRÃO, Joel. «Elementos para o estudo da instrução pública em Portugal cerca de 1870». *Labor*, n.º 113, Maio de 1951.
- SILVA, Francisco Ribeiro da. «Níveis de alfabetização de oficiais administrativos e judiciais dos Concelhos de Refojos de Riba d'Ave e da Maia na I metade do século XVII». In *Actas do Colóquio de História Local e Regional*. Santo Tirso: 1982.
- SILVA, Francisco Ribeiro da. «O Concelho de Gaia na I metade do séc. XVII. Instituições e níveis de alfabetização dos funcionários». *Gaya*, vol. II, V. N. de Gaia, 1984.
- SILVA, Francisco Ribeiro da. «A Alfabetização no Antigo Regime. O caso do Porto e da sua região (1580-1650)». *Revista da Faculdade de Letras — História*, 2.ª série, vol. III, Porto, 1986.
- SILVA, Francisco Ribeiro da. «Barroco e Escolarização: taxas de alfabetização no Porto nos inícios do século XVIII». In *I Congresso Internacional do Barroco. Actas*. Porto: II vol., 1991.
- STONE, Lawrence. «Literacy and Education in England, 1640-1900». *Past and Present*, n.º 42, Oxford, February 1969.
- STRAUSS, G. «Lutheranism and Literacy: a reassessment». In *Religion and Society in Early Modern Europe* (ed. de K. von GREYERZ). London: Allen and Unwin, 1984.
- STRAUSS, G. e GAWTHROP, R. «Protestantism and Literacy in Early Modern Germany». *Past and Present*, n.º 104, Oxford, 1984.
- Synopse ou índice chronologico e alfabetico da legislação relativa à instrução primaria*. Coimbra: 1848.
- TOSCANI, X. «L'analfabetismo a Pavia agli inizi dell'Ottocento». *Annali di Storia pavese*, n.º 6-7, 1981.
- TOSCANI, X. «Alfabeti e analfabeti nelle parrocchie cittadine pavesi della prima Restaurazione». *Annali di Storia pavese*, n.º 6-7, 1981.
- TOSCANI, X. «Le scuole della dottrina cristiana come fattore di alfabetizzazione». *Società e Storia*, n.º 26, 1984.
- TOUJAS, René. «Recherches sur l'enseignement a Montauban dans la seconde moitié du XVII<sup>e</sup> siècle». In *Actes du 95<sup>e</sup> Congrès National des Sociétés Savantes*. Paris: Tomo I, 1974.
- TOUJAS, René. «Recrutement d'un maître d'école dans la bourgade de Villemur-sur-Tarn en 1652». In *Actes du 95<sup>e</sup> Congrès National des Sociétés Savantes*. Paris: Tomo I, 1974.
- VARELA, J. *Modos de educación en la España de la Contrarreforma*. Madrid: 1984.
- VIGUERIE, Jean de. «Les origines sociales et géographiques des élèves du collège de Lectoure dans la seconde de moitié du XVIII<sup>e</sup> siècle». In *Actes du 95<sup>e</sup> Congrès National des Sociétés Savantes*. Paris: Tomo I, 1974.

- VIÑAO FRAGO, Antonio. «Del analfabetismo a la alfabetización. Análisis de una mutación antropológica y historiográfica». *Historia de la Educación* n.ºs 3 (1984) e 4 (1985)
- VIÑAO FRAGO, A. «La historia de la alfabetización a través de las fuentes notariales. Aportaciones provisionales sobre el proceso de alfabetización en Murcia (1760-1860)». *Cuadernos del Seminario Florida-blanca*, n.º 1, 1985.
- VIÑAO FRAGO, A. «El proceso de alfabetización en el Municipio de Murcia (1759-1860)». In *La ilustración española. Actas del Coloquio Internacional celebrado en Alicante 1-4 Oct. 1985*. Alicante: Instituto de Estudios Juan Gil-Albert.
- VIÑAO FRAGO, A. «Alfabetización e ilustración. Difusión y usos de la cultura escrita». *Revista de Educación*, número extraordinario sobre la educación y la Ilustración española, 1988.
- VIÑAO FRAGO, A. «Un campo abierto, en expansión y interdisciplinar: la historia de la alfabetización». *Bulletin d'histoire contemporaine*, n.º 14, Bordeaux, 1991.
- VIÑAO FRAGO, A. «Sistema educativo nacional y Ilustración: un análisis comparativo de la política educativa ilustrada». In *Sociedad, Cultura y Educación. Homenaje a la memoria de Carlos Lerena Alesón*. Madrid: Universidad Complutense, 1991.
- VINCENT, B. «Lisants et non lisants des royaumes de Grenade et de Valence à la fin di seizième siècle». In *De l'alphabétisation aux circuits du livre en Espagne XVI<sup>e</sup>-XIX<sup>e</sup> siècles*. Paris: CNRS, 1987.
- VOVELLE, M. «Y a-t-il eu une révolution culturelle au XVIII<sup>e</sup> siècle? A propos de l'éducation populaire en Provence». *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, janvier/mars, 1975.
- WYCZANSKI, Andrzej. «Alphabétisation et structure sociale en Pologne au XVI<sup>e</sup> siècle». *Annales. E.S.C.*, Paris, mai/juin, 1974.

